

Para os "pais", o plano é bom

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Durante duas horas, economistas responsáveis pela elaboração do Plano Cruzado e do novo pacote econômico, reunidos, ontem, no auditório do Ministério da Fazenda, defenderam o acerto das decisões, reiteraram os resultados esperados pelo governo e tentaram explicar o mecanismo de funcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). O argumento básico utilizado por Pêrsio Arida, André Lara Rezende, Luís Carlos Mendonça de Barros, diretores do Banco Central, e o secretário para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luís Gonzaga Belluzzo, foi o de que quaisquer outras medidas, além do empréstimo compulsório sobre álcool, gasolina e veículos e taxa na compra de passagens aéreas e dólares, significaria simplesmente a transferência do poder de compra do assalariado para o setor empresarial. E o único resultado seria o recrudesimento do processo inflacionário. Também asseguraram que a reestruturação financeira do setor público produtivo não poderia vir simplesmente do orçamento fiscal, porque esta já está comprometida "com uma série de problemas", justificando, assim, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

"Procuramos encontrar um mecanismo operacional que permita, ao mesmo tempo, um saneamento financeiro do setor público e um aumento de sua capacidade de investimentos. Paralelamente, como o investimento privado ocorrerá em consonância com o investimento público, também se procurou definir mecanismos de financiamentos inter-

nos de longo prazo, para dar suporte financeiro ao investimento privado", explicou Mendonça de Barros.

Segundo o diretor da área bancária do Banco Central, Pêrsio Arida, em três anos o Fundo começará a dar dividendos de 25% sobre a valorização real, a serem recebidos pelos cotistas, a União e os cidadãos que estejam recolhendo empréstimo compulsório. Sua rentabilidade, segundo Arida, dependerá de sua gestão, "que não pode dar margens a erros". O FND terá uma carteira que rende dividendos, em decorrência do saneamento de várias empresas estatais e operações de apoio à iniciativa privada. "Durante três anos a rentabilidade daqueles que estão fazendo empréstimo compulsório é similar à de caderneta de poupança", disse ele, lembrando que aqueles que tiverem contribuído com mais empréstimos compulsórios terão um rendimento maior.

O funcionamento do Fundo se dá da seguinte forma: um cidadão que comprar um carro novo, por exemplo, recolhe como empréstimo compulsório 30% do valor do veículo, tendo por base a tabela divulgada pela Receita Federal. Daqui a três anos, ele terá direito ao mesmo valor recolhido, corrigido, em cotas de valor patrimonial do Fundo. Essas cotas não são resgatáveis, ou seja, a pessoa que comprou o carro não pode trocá-las por dinheiro. Mas podem ser vendidas, negociadas, já que, pela expectativa dos assessores do Ministério da Fazenda, elas terão um valor econômico.

Pêrsio Arida defendeu a cobrança de empréstimos compulsórios como uma medida necessária para evitar o choque entre a capacidade produtora da indústria e o consumo, o que, a seu ver, ocorreria no mais tardar dentro de três anos.

"O importante é antecipar soluções, com a redução do consumo agora, para que haja realmente um aumento de toda renda real nos pró-



Alencar Monteiro

Mendonça, Arida, Rezende e Belluzzo defendem o pacote

ximos anos, que é o objetivo da economia e do governo."

Alegando que nenhum programa econômico pode prever todas suas consequências, Belluzzo admitiu que os gestores do Plano Cruzado não poderiam prever a intensidade do consumo provocada pela redistribuição de renda. Ele contestou semelhanças nos objetivos das novas medidas com o pacote fiscal de dezembro: "Em primeiro lugar, porque o que está se buscando fazer é uma punção no consumo supérfluo. Não se trata de impor sacrifícios adicionais, senão de criar modalidades de financiamentos novos para um plano de governo, no sentido de que o governo se sente agora sem condições de ampliar de maneira significativa seus investimentos. Então, a questão está no fato de que esse pacote fiscal, ou essas medidas tomadas agora, visam a alterar uma relação temporal

entre consumo e investimento, exatamente adiando o consumo e financiando o investimento".

Segundo Mendonça de Barros, não houve nenhum aumento de tributação sobre os poupadores financeiros. "Ao contrário, houve dois movimentos distintos, que inclusive fazem parte da estratégia do governo. Houve um aumento de tributação dos ganhos de curto prazo e uma diminuição da tributação daquilo não é nem longo prazo. Nós estamos falando em termos de 60 dias, da alíquota do Imposto de Renda sobre o juro do CDB."

Na página 32 as íntegras da circular sobre o recolhimento do compulsório sobre passagens e dólares; dos encargos sociais sobre viagens; e dos rendimentos de letras do Tesouro.